

Belluzo apóia a proposta de dolarizar a economia

A.E.

São Paulo — Um dos pais do Plano Cruzado, que pela primeira vez congelou preços e salários no País, o professor Luiz Gonzaga Belluzo concorda com as novas propostas do governo de lançar títulos com lastro em dólar e de indexar a economia pela moeda norte-americana. Ele acha que o governo fez o diagnóstico correto e está pretendendo fazer a única coisa que pode. Cercado pelos mais de cinco mil livros que compõem sua biblioteca, o assessor para Assuntos Internacionais do governo paulista disse, na entrevista abaixo que as medidas vão baixar as taxas de juros, mas duvida que elas reduzam a inflação.

— O que o senhor achou da proposta do ministro Haddad de lançar títulos com lastro em dólar?

— Acho que há uma identificação correta do problema em relação às condições em que o governo vem obtendo financiamento. Essa é uma das causas de desequilíbrio fiscal, por conta dos custos financeiros em que o governo incorre. É também uma das causas da impossibilidade de se fazer política monetária. Isso tem a ver, de fato, com o colapso da confiança na moeda. É preciso que se restabeleça essa confiança de alguma maneira.

— Com essa medida isso é possível?

— Esse processo é lento e pode ser vítima de suas próprias premissas. A melhoria das condições de rolagem da dívida e a extensão dos prazos não são imediatos vêm com o tempo. Desde que os efeitos sobre

a inflação não sejam imediatamente visíveis, isso pode comprometer a concepção do programa.

— O governo faz isso porque não tem condições de adotar outro tipo de medida?

— Entendo que o ministro Haddad está dizendo que não tem condições políticas para tentar uma medida mais drástica. Corretamente, ele está tentando um caminho intermediário: entre a busca definitiva da âncora — reinstauração do sistema monetário — e as tentativas frustradas de se fazer política monetária nessas condições. Não existem as condições básicas para se fazer uma política monetária, uma vez que não tem moeda. É um absurdo.

— Essas medidas dariam resultado?

— A demora para que se consiga obter resultados em relação à inflação pode reforçar essa desconfiança que eu mencionei.

— E por que demoraria a cair a inflação?

— Demoraria por causa do grau de auto defesa em que a sociedade se encontra. O compromisso com as formas de gestão de caixa por parte das empresas e o de gestão da renda por parte das famílias. É difícil que se consiga, no curto prazo, mudar esses hábitos. Há uma certa resistência do passado, uma coisa que a economia está tentando levar em conta agora. Não se opera sobre o vácuo sociológico. Existem certas práticas, hábitos e costumes que têm uma importância muito grande na formação da decisão econômica das pessoas. Elas não são autômatas, que reagem a

estímulos ou incentivos. É muito difícil, no caso brasileiro. O peso dessa herança é muito grande.

— A indexação resolveria parte do problema?

— Ela teve suas vantagens: impediu a explosão inflacionária e a liquidação de ativos. Veja o caso da carga tributária no Brasil. Ela não caiu porque o governo foi capaz de encurtar os prazos e indexar os impostos. É verdade que ela trouxe distorções para a estrutura tributária, mas ao mesmo tempo garantiu, com muito esforço, que a carga não caísse muito. O sistema de indexação é o processo pelo qual esse comportamento, essa resistência a se romper com os ativos inflacionários, se manifeste. Não é imediato. No caso da Argentina, apesar do sucesso da estabilização, não foi possível elevar o prazo médio de rolagem dos títulos públicos.

— O objetivo dessas medidas é alongar o perfil da dívida?

— É. Acho que o ministro quer ganhar um pouco de espaço na administração fiscal e na gestão monetária. Isso lhe daria condições de até se beneficiar da queda nos custos da rolagem da dívida, que hoje são o calcanhar de Aquiles de qualquer política fiscal. Na medida em que ele tenha êxito na melhoria das condições de rolagem e na alteração dos prazos, estará afetando as expectativas. Também esse aspecto é muito importante. É mais ou menos assim: "Calma que o leão é manso". O governo está conseguindo ajustar a rolagem de seus débitos dentro de uma perspectiva de uma inflação cadente.

— Qual o efeito imediato des-

sas medidas?

— O mais imediato, o mais viável, e mais provável, no curto prazo, é a queda nas taxas de juros. Isso se houver uma aceitação, pelo mercado da proposta que o governo está fazendo.

— Com isso se resolve o problema de caixa?

— Não. Acho que tanto a questão de caixa quanto a orçamentária do governo devem ser resolvidas através da via fiscal.

— Para isso é necessária uma reforma fiscal diferente da que está no Congresso?

— Sem dúvida. Para isso é preciso aprovar um ajuste fiscal que vai muito além desse que está aí. Não tenho essa ojeriza pelo IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), apesar de eu ter me manifestado, contra esse tipo de imposto quando ele era imposto único. Mas temos de levar em conta que, qualquer ajuste fiscal — numa situação anômala como essa de uma inflação de 30% e de um inchaço da circulação financeira — vai ter que afetar os instrumentos dessa movimentação financeira. Aí é onde se tem base fiscal. O imposto é ruim, e em cascata, vai provocar, provavelmente, um desinchaço da circulação financeira. Mas, a curtíssimo prazo, esse é o único instrumento que restou ao governo. Enfim, o ajuste fiscal ficou reduzido a isso e a medida que foi tomada, no final do ano passado, restabelecendo o imposto sobre lucros não operacionais das empresas. Não é por acaso que se precisa recorrer a esse tipo de expediente, ainda que o imposto seja ruim.



Belluzo aposta na queda da inflação mas não na da taxa de juros